

**COMISSÃO DE HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E REFORMA URBANA -
CHDRU
05.08.2025**

* * *

- Abre a reunião o Sr. Rafael Saraiva.

* * *

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana, na 3ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Registro a presença dos senhores deputados. Deputada Dani Alonso, deputado Paulo Mansur, deputado Jorge do Carmo, deputada Ediane Maria, deputado Fábio Faria de Sá e a deputada Carla Morando.

Essa reunião foi convocada com a finalidade de receber o excelentíssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de São Paulo, Marcelo Cardinale Branco, para prestação de contas no andamento da sua gestão, bem como sobre a demonstração e avaliação do desenvolvimento de ações, programas e metas afetos àquela Secretaria de Estado nos termos do artigo 52-A da Constituição do Estado de São Paulo.

Senhoras deputadas, senhores deputados, com a palavra o secretário Marcelo Branco.

Eu vou abrir aqui ainda uma ficha de inscrição para os deputados que quiserem questionar, é só levantar a mão que eu vou anotando.

Com a palavra, secretário.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Muito boa tarde a todos e a todas, muito obrigado pelo convite. Queria ver se o Reinaldo Iapequino podia sentar aqui na nossa mesa, presidente da CDHU, para a gente poder dividir aqui as informações.

Como sempre, é uma grata satisfação, um prazer muito grande estar aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para falar um pouquinho do tema da habitação, falar um pouquinho do que nós temos feito, falar um pouco dos conceitos e dos caminhos que nos levaram ao plano habitacional que nós temos consolidado hoje no Estado de São Paulo.

E, naturalmente, ouvir a opinião, ouvir um pouco as contribuições aqui dessa casa, das pessoas que trabalham em prol dessas questões de habitação, em questões de desenvolvimento urbano.

Então, queria fazer aqui primeiro uma apresentação muito breve, pode ser? É mais no sentido de a gente pontuar, colocar alguns números, colocar esses conceitos. Podemos ir, Lucas.

Então, basicamente, a estrutura do nosso programa habitacional, desenvolvimento urbano, parte do novo Casa Paulista, que nós chamamos, que é a concentração de todas as ações de habitação e desenvolvimento urbano do Estado de São Paulo, coordenados pela secretaria. Então, de um lado, o desenvolvimento de moradias, o desenvolvimento da habitação propriamente dita, e, em paralelo, as melhorias urbanas e as melhorias habitacionais.

Então, estamos falando aqui hoje da soma desses esforços, tanto de habitação quanto do desenvolvimento urbano, e que vão consolidando o nosso programa. Na área de moradia, nós temos as unidades habitacionais CDHU, que são as mais tradicionais, todos conhecem aqui, são sempre feitas em parceria com os municípios, em dois programas básicos. O primeiro de construção direta, onde a CDHU, através do convênio com os municípios, adquire o terreno e faz o projeto para demanda geral. Por exemplo, onde as habitações são depois definidas e entregues por sorteio para a população, ou pelo CCA, que é um chamamento feito nesses municípios, onde a CDHU acaba comprando as unidades habitacionais de mercado, mas entram também no mesmo sentido de atendimento habitacional geral, que é através do sorteio ou alguma demanda específica, que são as cartas de crédito.

Depois, nós temos o “Vida Longa”, que são os projetos que cuidam das pessoas de mais idade, são projetos também em parceria com as prefeituras, em que nós fazemos de 14 a 28 unidades habitacionais, transferidas depois para o município, e que são utilizadas exclusivamente para as pessoas que têm autonomia, têm mais de 60 anos e têm autonomia, e a prefeitura passa a assumir esses empreendimentos e cuidar dessas pessoas.

Então, é uma modalidade que nós tínhamos em torno de três ou quatro unidades dessa feita até o final da gestão anterior, nós ampliamos, temos hoje em torno de 50 convênios para a construção dessas unidades do “Vida Longa”, obrigatoriamente municípios acima de 40 mil habitantes, pelo regramento do programa, e parceria com a prefeitura, que assume esses equipamentos posteriormente.

E as PPPs, que são Parcerias Público-Privadas, nós temos algumas em andamento hoje, ainda deve sair, não é, Reinaldo? Acho que até o final desse mês, um edital, um cadastramento,

para que a gente inicie uma delas no centro da cidade, é outra modalidade que é atendida aí, que atende essas questões de moradia.

“Viver Melhor”, o programa de melhoria das unidades habitacionais já existentes, então, quando entramos em uma comunidade, também, a pedido dos prefeitos, e fazemos alguma melhoria habitacional naquelas unidades que já existem, portanto, dando maior salubridade para essas unidades habitacionais. Normalmente, nós entramos nas áreas molhadas, cozinha, reformando banheiro, algumas unidades não têm banheiro, nós fazemos banheiro, então, é uma melhoria habitacional feita nas unidades já existentes.

O “Bairro Paulista - Cidades Sustentáveis”, os senhores tiverem aí oportunidade... nós já temos mais de 600 pleitos do “Bairro Paulista - Cidades Sustentáveis” que são as intervenções de resiliência, intervenções de aumento da resiliência, aumento da capacidade de absorção de água dessas cidades, a reestruturação através de um conceito de sustentabilidade feito nos municípios. Nós temos mais de 600 convênios sendo assinados com municípios, temos em torno de 50 projetos já em execução nos diversos municípios e temos já entregues quatro ou cinco municípios que nós já entregamos esse produto que é de sustentabilidade, chamado “Bairro Paulista Desenvolvimento Urbano”.

“Cidade Legal Regularização Fundiária” é um programa que nós já fizemos em torno de 130 mil titularidades, entregamos já 130 mil escrituras, através da regularização fundiária, tanto de empreendimentos privados, de unidades habitacionais privadas, quanto antigos conjuntos da CDHU. Nós temos aí uma meta de, se possível, conseguir regularizar todos os conjuntos da CDHU até os próximos quatro anos e já fizemos aí em torno de 130 mil regularizações entre conjuntos da CDHU e empreendimentos privados.

“Urbanização de Favelas”, todos já tiveram a oportunidade de conhecer alguns projetos, temos alguns projetos hoje em São Bernardo, temos projetos muito significativos aqui na cidade de São Paulo, na área de Mananciais, em parceria com a Prefeitura de São Paulo. Também temos alguns projetos de urbanização de favelas.

Requalificação urbana também no mesmo sentido, de melhoria de qualidade de vida das cidades e o apoio ao planejamento urbano e metropolitano. Nós criamos dentro da secretaria, nesse tema de desenvolvimento urbano também, uma assessoria aos municípios. Estamos auxiliando esses municípios a construírem, a fazerem seus planos diretores, particularmente, nós tínhamos muitos municípios que não tinham plano diretor ainda.

Então, um dos exemplos que nós damos aqui, desse apoio ao planejamento urbano e metropolitano, são essas assessorias aos municípios para que nós façamos esse planejamento

urbano com um olhar de longo prazo para a sustentabilidade e para a melhoria da qualidade de vida desses municípios.

Aqui nós vamos entrar na questão das unidades habitacionais, um pouquinho de demonstração do que nós fizemos nesses pouco mais de dois anos. 63 mil unidades entregues até esse momento. Quando nós falamos de unidades entregues, são todas as modalidades onde a secretaria tem alguma participação, não necessariamente construídas pela CDHU.

No nosso plano de governo, nós identificamos, assim, essas metas de unidades habitacionais entregues. Então, tendo a participação do Governo do Estado em qualquer programa que seja, seja 100% de investimento do Estado ou participação parcial, nós colocamos como unidade nova entregue: 41 mil em modalidades de crédito, seja de CCA, seja de modalidades de participação em FAR, FDS, CCI, qualquer participação que o Estado tenha tido está aqui em modalidade de crédito. E 21.700 em produção direta da CDHU.

Nós temos, em paralelo, 108 mil unidades em construção, usando os mesmos critérios, somando as modalidades todas, 177 mil em modalidade de crédito, FAR, FDS, CCI, as PPPs, e 31 mil, mais ou menos, na produção direta da CDHU.

Então, vejam que, entre as unidades entregues e o que nós temos em produção, estamos falando de aproximadamente 170 mil unidades.

Aqui uma demonstração. Nós, ao longo dessa elaboração desse Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitação, aumentamos muito o volume de recursos utilizados pela secretaria estritamente em habitação. Nós estamos falando aqui dos atendimentos, investimento direto nos atendimentos habitacionais, sem contar aqui custeio e outras despesas da secretaria. Então, esse gráfico demonstra que, ao longo desses dois anos e meio, dois anos e seis meses, aqui na parte vermelha, nós já investimos algo em torno de seis bilhões e 500 milhões de reais em habitação, que é, para fazermos em termos comparativos, semelhante ao que foi gasto nos oito anos anteriores.

Foram gastos seis bilhões e 250, aproximadamente nos oito anos anteriores, dois mandatos. E nós, em dois anos e meio, tivemos a oportunidade de investir seis bilhões e 400 milhões, mostrando que realmente a habitação passou a ser um dos pilares, uma das prioridades do Governo do Estado de São Paulo, do Governo Taricídio.

Eu vou falar aqui um pouquinho da conceituação ou da efetividade desses investimentos e o porquê de nós termos a participação em cada um deles, tentar mostrar aqui um pouquinho do que nos leva a participar e a fazer os chamamentos habituais que nós temos feito. Nós temos chamamentos, por exemplo, no crédito imobiliário a cada três ou quatro meses, que são aportes que nós fazemos complementares nos programas de financiamento feitos pela Caixa

Econômica, através dos recursos do Fundo de Garantia. Nós já entregamos nessa modalidade 37 mil unidades, em conjunto com a Caixa Econômica. Temos 61 mil em produção.

E essa lâmina, ela demonstra que, pegando alguns municípios, pegando alguns empreendimentos de todos os municípios em que nós participamos, quando o Estado coloca os aportes a fundo perdido, os aportes de subsídio, essa média de atendimento vai para 2,85 salários, R\$ 2.850,00, desculpe, R\$ 2.850,00, que são 1,87 salários mínimos. Quando não há o aporte complementar do Governo do Estado, quando não há essa parcela de fundo perdido, essa parcela de subsídio, essa renda salarial média vai para R\$ 5.227,00, que são 3,44 salários mínimos.

Então, isso demonstra, primeiro, a pertinência da participação em parceria do Governo do Estado em relação aos programas federais. Quando nós entramos com o nosso subsídio, com a nossa participação, a renda média cai bastante, significativamente, e aí conseguimos atender famílias abaixo de dois salários mínimos, que, nas condições puras do programa de financiamento da Caixa Econômica através do Fundo de Garantia, não conseguiria atender. A média desse programa é de R\$ 5.200,00, e nós derrubamos essa média para R\$ 2.850,00.

Mostrando, primeiro, a necessidade de parceria entre os entes e, segundo, a efetividade desse programa, que nós gastamos aproximadamente um bilhão de reais em subsídio para as famílias, esse subsídio não é dado a empresas, é dado para as famílias compradoras, levando essas famílias com menos de dois salários mínimos a ter acesso ao mercado construtor.

Falando um pouco do “Bairro Paulista”, aqui a demonstração, alguns exemplos de intervenções que nós fizemos. De novo, falando aqui que sempre essas intervenções são em parceria com os municípios, são as prefeituras que definem onde serão os projetos implantados. Então, esses 600 municípios que nós estamos fazendo projetos, acredito aqui que todos os deputados já tiveram alguma proximidade desse programa, já nos trouxeram municípios, já nos trouxeram ideias para nós implantarmos essas intervenções.

Mas são intervenções, na sua maioria, extremamente simples. São voltadas para essa resiliência, essa sustentabilidade dos municípios. Nós passamos quase dois anos elaborando um caderno de diretrizes técnicas para orientar os projetos dos municípios dentro desse programa “Bairro Paulista”, e a partir deste ano, do terceiro ano, nós começamos a elaborar os projetos em parceria com esses municípios.

Esse caderno tem a pretensão de auxiliar os municípios no seu planejamento urbano, de auxiliar os municípios na elaboração de planos de resiliência, de planos de sustentabilidade em locais pré-definidos pelos próprios prefeitos, pelas câmaras de vereadores, e nós já tivemos oportunidade de entregar alguns empreendimentos, e passo aqui uma ideia para os senhores.

Lagoinha: reforma e revitalização de área de prática de esporte e lazer e execução de faixa elevada. Nós temos concentrado bastante também nessas faixas de travessia elevada, particularmente em conjuntos habitacionais ou próximos das escolas. Investimento de 370 mil reais. São pequenas intervenções, mas que fazem uma diferença muito grande nesses municípios, e sendo que 300 mil estadual e 70 mil do município como contrapartida. Todos eles têm uma contrapartida municipal que varia de 5% a 20%, dependendo do tamanho do município e da renda per capita que nós apuramos nesses municípios.

O município um pouco mais rico faz uma contrapartida maior, o município com pouco menos recursos faz a contrapartida menor, municípios menores fazem contrapartida menor também. Porque nós também temos a vontade, ou a diretriz do programa é que a gente faça prioritariamente nos pequenos municípios, porque essas obras, por serem pequenas intervenções, acabam surtindo um efeito muito maior em municípios menores. Então, temos dado essa priorização para os pequenos municípios, fazemos também nos maiores, com uma contrapartida um pouco maior.

Juquitiba: reforma e revitalização de área hepática de esporte e lazer, no bairro das Palmeiras. Investimento de 283 mil, 241 mil estadual. Alambari também, a mesma coisa, investimento de 440 mil, 200 mil, esse foi o último que nós fizemos entregas, como eu falei, mais de 600 pleitos de prefeitura em cada uma desses... com já elaboração de projetos dessa natureza.

Pode passar, Lucas, só para a gente mostrar aqui um exemplo, como é realmente exemplificativo, esse é a Lagoinha. Então, é uma praça, era um terreno baldio no centro da cidade, nós fizemos essa intervenção, quadra, equipamentos de brinquedo e tal. Sempre, volto a falar, sempre voltado para a resiliência do município, resiliência climática e sustentabilidade. Sempre piso intertravado, não utilizamos asfalto, se for asfalto, asfalto drenante, sempre com esses conceitos de sustentabilidade.

Pode passar, Lucas, só para ter esse exemplo.

Falando um pouquinho dos demais programas que nós temos uma parceria, nós vamos falar aqui um pouquinho, só para passar também, pontuar, FAR, FDS e o “Programa Rural”, parceria com o Ministério das Cidades, que nós fizemos desde o início do governo. No FAR, 1.918 unidades entregues, investimento do Estado, 52 milhões de reais, e temos mais quase cinco mil unidades entregues com investimento de aproximadamente 120 milhões de reais.

Somando com o FDS, mais 1.908 unidades, 57 milhões de reais aportados pelo Estado, e, em produção, 9.600 unidades, com aproximadamente 180 milhões de reais. Então, nós

estamos falando aqui de 200, 300, quase 400 milhões de reais para uma produção em conjunto de 17 ou 18 mil unidades.

Nós temos um convênio feito com o Ministério das Cidades de até 30 mil unidades com investimento do Estado de aproximadamente 700 milhões, somando com o CCI, um bilhão de reais para investimento nesses programas através dessa parceria com o Ministério das Cidades.

Também são as modalidades em que, aqui, nós não mexemos na renda média da população atendida, mas, de fato, eles fazem com que nós tenhamos a condição de fazer esses programas em São Paulo, porque os valores do Ministério das Cidades aportados para São Paulo são insuficientes para que nós consigamos ter esses programas efetivamente, para conseguirmos implantar esses empreendimentos.

Então, todos os pedidos que passam pelo Ministério das Cidades, FAR e FDS, é a Caixa Econômica que faz essa análise, é a Caixa Econômica que faz o acompanhamento de obra, faz análise de projeto, faz análise de custo e nos encaminha com o percentual que precisaria aportar por conta do Estado para complementar aquele valor que já é definido pela legislação do Ministério das Cidades e que tem sido insuficiente para o Estado de São Paulo.

Então, nós fazemos essa complementação em parceria com o Ministério das Cidades e aí fazemos essa entrega desses números que eu passei aqui para os senhores.

Basicamente, eu fiz aqui rapidamente uma apresentação para a gente ter ideia do que nós temos feito e do que a gente vem falando ao longo desse tempo. Então, passo aqui aos senhores, não sei se o Reinaldo quer fazer alguma colocação inicial, mas passo aqui para os senhores a palavra para que a gente possa ampliar aí as discussões e eu responder eventualmente o que tenha de questionamentos. Muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Obrigado, secretário. Gostaria de registrar a presença da deputada Analice Fernandes, do deputado Eduardo Suplicy e também da deputada Damaris Moura.

Gostaria de passar a palavra para o primeiro inscrito, o deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentá-lo, cumprimentar os colegas, deputados e deputadas, cumprimentar o secretário, Marcelo Blanco, cumprimentar o nosso presidente da CDHU, Daniel de Apequino, cumprimentar os demais presentes aqui nessa outra reunião.

Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a explanação do nosso secretário, com muita propriedade, e quero cumprimentar e agradecer pelas informações.

Eu havia feito alguns apontamentos que, evidentemente, se ele tivesse sido respondido a algumas delas, pode ser que esteja respondido a outras não. E gostaria de elencar aqui o seu secretário. O senhor não falou na sua apresentação, não falou sobre aquelas 51 áreas que, agora presidente, são 52 áreas a serem regularizadas pela CDHU no edital, aquele edital de possibilidade de regularização. Aquele edital... O chamamento público 003 de 2024. Queria fazer algumas perguntas acerca desse chamamento, Sr. Secretário, e também serve para o presidente, que já estive lá na CDHU tratando de algumas situações dessas aí.

A primeira pergunta é, eu sei que esse programa funciona em parceria com entidades, e a primeira pergunta é, as entidades que estão conseguindo atender o chamamento e a habilitação delas? Mais um pouco, como é que está o andamento? Espero que esteja no bom andamento esse programa, porque eu vejo ele com bons olhos. Vejo que é importante que o governo, no caso aqui da Secretaria, se debruçou em uma questão que é tão antiga, tão antiga no Estado de São Paulo, que são as áreas ocupadas, deputada Analice Fernandes, as áreas ocupadas por famílias de baixa renda que não tinham onde morar, ocuparam as áreas remanescentes da CDHU e ficam lá há anos.

Vou citar um exemplo prático, apenas ilustrativo, em Ferrado Vasconcelos tem uma área que se chama Itajuíbe. O nome e o conjunto é outro, mas lá o bairro se chama Itajuíbe. As pessoas estão lá desde a década de 90. Para ser exato, o processo de reintegração de posse da secretaria é de 1999. Eu tive a missão e a alegria de ser secretário naquele município de habitação em 2006. Desde 2006 que as pessoas procuraram a secretaria e desde então a gente tem procurado de alguma maneira, e agora enquanto deputado, procurado de alguma maneira ajudá-las. Pois bem, o processo se arrasta e agora eles estão nessa área, estão nesse chamamento.

E lá, secretário, certamente, como diz no leitado popular, para se fazer omelete precisa quebrar ovos. Para fazer a regularização lá, e eu imagino que em outros tantos lugares, precisa fazer remoção, porque existem pessoas que estão em áreas que é impraticável, impossível ser regularizado. Então, eu fico pensando, nos planos apresentados pelas entidades, a situação, essas situações, como é que é a entidade, é a parceira que assina o convênio que vai resolver essa demanda? Eu acho um tanto complicado, mas eu espero que tenham pensado em uma solução.

Outra questão, a situação de incapacidade econômica das famílias, de arcar, por exemplo, tem famílias que são, se você disser para elas que tem que pagar uma prestação na CDHU de 300 reais ou de 400, 500 reais, não vão conseguir. Imagine arcar com o custo do plano de trabalho e das obras, porque, para viabilizar a regularização fundiária, necessário se faz fazer a

regularização urbana, para dar condições de habitabilidade. E aí, como é resolvido nesse caso, em que as pessoas não consigam arcar, se existe alguma estratégia pensada?

E, no caso em que o plano de trabalho esteja previsto remoções, eu já perguntei, o que está sendo pensado para esse caso? Estou falando que eu defendo esse programa, eu acho ele interessante, acho ele importante e inovador, inovador. No entanto, como tem lugares que estão show de bola, é simplesmente titular, não precisa fazer obra nenhuma, mas tem lugares que, e esse é um exemplo, certamente tem outros, que precisa realmente fazer uma obra, obras grandes.

E aí eu fico pensando como é que essas pessoas que são lá através da entidade, através das associações e organizações, elas vão arcar com esse custo que não é barato. Eu sei, quando eu apresento uma emenda parlamentar para pavimentar uma rua, o orçamento, dependendo do tamanho da rua, 300 metros, é mais de um milhão de reais. É mais de um milhão de reais, não sei o orçamento, porque é tão caro o preço de obra pública. Você imagine como é que as pessoas vão arcar situações como essa.

Mas isso não é, não estou aqui dizendo que, olha, esse programa não é bom. Esse programa é bom, só precisa, assim, ajustar para saber como é que resolve os problemas que vão aparecer. Quando não for possível, vai tirar do programa? Então, as pessoas lutaram tanto, chegaram até aqui e agora, vamos retroagir ou vamos avançar? Penso que nós vamos avançar.

E aí, ainda, sobre o programa “Cidade Legal”. Esse é um programa que eu também gosto muito, pela minha militância, pela trajetória de... Eu sou advogado, eu gosto muito de habilitar na área de regularização fundiária. E gosto muito do programa, como ele é chamado, “Cidade Legal”. Quem não gostaria de morar numa cidade legal do ponto de vista urbano e do ponto de vista da segurança jurídica? Todos nós gostaríamos.

Agora, eu sinto, secretário, que o recurso aportado, isso eu sempre discuto isso aqui no orçamento, eu penso que o recurso que é aportado no orçamento para esse programa, “Cidade Legal”, diante de tanta demanda que nós temos, especialmente na região metropolitana e da Grande São Paulo, quantas áreas podem ser regularizadas e não tem recurso para tanto? Eu sei que o cobertor muitas vezes é curto, mas eu penso que o secretário falou aqui de 130 mil titularidades. Não sei se é até 2026 ou já entregou, não me recordo.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Agora já entregou.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Sendo assim, secretário, a pergunta aqui é: qual é a previsão? Quanto tem de recurso para esse programa para atender quantos empreendimentos ou quantas titularidades até 2026? Não é rápido, mas é importante.

Bom, sobre aquela área que vai ser construída a nova sede do governo estadual, que é lá na região de Campos Elíseos, a gente sabe que teve já a resolução, pelo menos o encaminhamento, da questão da favela do Moinho. Mas outra pergunta é, secretário, quantas famílias foram cadastradas na poligonal de intervenção da nova sede do governo? E quantas serão vítimas de remoção para outras localidades?

Porque não só é a favela do Moim que vai ser impactada. Tem o impacto positivo e tem o negativo. O positivo é quem vai ficar, que vai ter uma coisa maravilhosa lá. E o negativo é aquele que vai sair, quantas vão sair. Quantas unidades habitacionais novas e reformadas serão implementadas no entorno da nova sede? Porque certamente vão sair outras pessoas de lá.

E a última pergunta desse tema: qual a nova localização do Terminal Princesa Isabel? E como será a integração do transporte para atender a demanda de usuários? Porque, salvo melhor juízo, o Terminal Princesa Isabel será também afetado e impactado.

Tem um programa de... Todos nós sabemos que aquela região do Pantanal, por diversos anos, ela sofreu com enchentes. E, às vezes... O Collor de Mello uma vez falou que ele ia acabar com a pobreza. Ia matar todo mundo de fome e acabar com a pobreza. Essa era a política que ele tinha para acabar com a pobreza. Aí uma vez o prefeito falou assim: olha, ali as pessoas têm que sair. Para resolver aquele problema, têm que sair de lá. Tá bom. Mas as pessoas estão lá há 40 anos, morando em situação extremamente precária. Elas vão sair para onde? Qual é a proposta?

Aí eu sei que, recentemente, foi apresentado lá um plano de remoção de 4.344 famílias para construir lá um pôlder, construir uma barragem, digamos assim, para evitar que a água transborde para as demais famílias. Pergunta é, o Governo do Estado participa desse programa? Até porque ali também é uma questão estadual, não é uma questão municipal. Tem quem liga outros municípios, tem a base do Tietê. E eu estou falando, secretário, porque eu moro na região, eu moro na região leste, no extremo da Zona Leste, então todos esses assuntos são demandados pelo nosso gabinete e, certamente, pelo gabinete dos colegas que aqui estão.

E aí eu estava falando aqui, aproveitando e falando com o nosso presidente, outra demanda lá da Zona Leste é a chamada e tão sonhada nova centralidade do Lajeado. Muito lindo e a possibilidade de construir mais uma estação no Lajeado.

Agora, é aquela história, não se faz omelete sem quebrar ovos, mais uma vez falando. Eu sei que para fazer a nova estação e o terminal e as obras que são necessárias lá, certamente vai

remover muitas famílias, certamente. E as informações que eu tenho de forma ainda superficiais, é de que tem lá uma demarcação e as pessoas estão empavorosas, porque falta informação, falta conversar.

Eu tentei conversar com o presidente da CDHU sobre esse assunto na audiência pública, mas infelizmente ninguém pôde comparecer a essa audiência pública. Eu não estou aqui fazendo oposição, não, viu, secretário? Eu não estou aqui dizendo, olha, eu quero quanto pior, melhor. Pelo contrário, eu quero quanto melhor, melhor.

Então, quando eu digo que precisa de informação, não é porque eu quero privilégio, é porque a informação é para que as pessoas que moram lá há 30, 10, 20, 30 anos e construíram suas casas, eles não podem simplesmente dizer assim: olha, vai acontecer. Porque já teve lá uma audiência pública no CEU, no CEU Lajeado. Antes, com o governo, inclusive. Mas depois nunca mais ninguém falou nada. Aí tá bom, então, quando for o caso, a gente vem falar com vocês. Mas quando? É importante dialogar.

Eu fui falar na CDHU sobre esse assunto: “agora não é mais com a gente”. Não fosse... O presidente falou. “Agora é em SPI” Aí eu vou lá em SPI e falo com o secretário lá, o Rafael: “Tá bom, vamos marcar lá” Aí agora não dá. As pessoas precisam de informação. Então, eu queria pedir, viu, secretário, que a gente estabelecesse um canal, um canal de informação.

Eu, e repito, o nosso mandato é militante desta área. Eu não estou aqui para atrapalhar, eu não estou lá para atrapalhar nem fazer oposição. Eu estou lá para ajudar as pessoas que demandam o nosso gabinete, o nosso mandato.

É só nesse sentido que eu gostaria de que tivéssemos uma... Porque se depois... Eu sei que o presidente tem tantas demandas, mas claro que toda semana, todo dia tem demandas para a gente, e para ele também. Eu sei disso. Agora é preciso que a gente estabeleça, pelo menos a cada, sei lá, a cada período, a gente consiga uma agenda, uma reunião para a gente conversar sobre as diversas demandas que eu sei que não são poucas.

Por fim, secretário, eu gostei muito de vossa apresentação, mas teve algumas questões que eu percebi que o senhor não abordou, por isso eu achei importante. Então. os números aqui, o senhor falou de números, por fim mesmo aqui, o senhor falou aqui de cerca de 170 mil unidades. Isso é até 2026? E aí a construção é de todos os programas, do FAD, do FAT, só para poder esclarecer melhor. Eu fiz uma conta aqui antes de o senhor passar, dava 179 mil e... quase 180 mil. Imagino que seria cerca de 200 mil unidades.

Então, é apenas para esclarecer, todo ano a gente tem aqui um embate para aumentar o recurso do orçamento para a habitação. E é sempre difícil. é sempre difícil. Aí depois a gente fica o ano inteiro reclamando com o secretário, porque falta recurso, porque falta recurso.

Então, é prioridade? Se é prioridade, precisa melhorar. O cidade legal é prioridade? Eu acho que é.

Mas tem que ter recurso, porque se não tiver recurso, a cidade não vai ficar legal. Muitas cidades não vão ficar legais. Era isso, secretário, Sr. Presidente, mais para agradecer pelas suas explanações aqui nessa comissão.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Deputado Jorge, muito obrigado pela sua explanação, muito obrigado pela sua presença, muito obrigado pelos seus questionamentos.

Vou começar aqui, enfim, talvez de forma não na mesma sequência que você apresentou, mas só para falar dos números. Os números estão absolutamente corretos, são 179 mil unidades, considerando todos os programas. A nossa meta é colocar em obra e possivelmente, a gente entregar até 200 mil unidades até o final do ano que vem. Em todos os programas. Quando nós falamos de entrega de unidades, são unidades feitas pelo Estado, são unidades em parceria com o governo federal, em todos aqueles programas. Assim ficou escrito no nosso plano de governo.

Falando um pouco do... Vou falar aqui do “Cidade Legal”, que acho que também é mais rápido para a gente já cortar. O “Cidade Legal” também, você perguntou os números, nós temos 129 mil entregues, temos mais 21 mil em cartório para serem entregues nos próximos meses, dois ou três meses. Então, a minha pretensão é que a gente termine esse ano em torno de 160 mil títulos entregues, mais ou menos, e fazer mais 40 mil no próximo ano. Mais ou menos é esse o desenho que nós temos nos preparado. Então, 200 mil até o final de 2026.

Esse contratos que você citou, que nós estamos preparando, estamos ultimando esses contratos, vão permitir a regularização de mais 600 mil unidades para um próximo período de governo. Deixar isso pronto para que seja feito no próximo período de governo mais 600 mil regularizações. Acho que era dentro dessas duas questões que você fez.

Áreas ocupadas, a primeira pergunta. Esse edital de áreas ocupadas, e eu fico muito sinceramente, fico feliz que você tenha dado esse seu apoio, porque realmente, eu acredito que seja - você me corrija, Reinaldo, se eu estiver errado -, mas acho que é a primeira vez que a gente se propõe a fazer um processo em parceria para regularização dessas unidades habitacionais ou dessas áreas invadidas, que tem décadas que estão nessa situação.

Quer dizer, nós temos a compreensão de que essas famílias, na sua grande maioria, falando dessas áreas aqui, não de todas as áreas, mas dessas áreas que você elencou, nós temos a absoluta convicção de que essas famílias não vão sair de lá e não tem que sair de lá pelo tempo que já se passou, pela, digamos, até da inoperância do Estado ao longo desse período, da dificuldade que houve para tratamento dessas questões.

Então, a nossa proposta foi realmente de fazer uma parceria com essas entidades. Nós, inicialmente, colocamos a necessidade de haver uma entidade e não precisa ser uma entidade que já tivesse sido montada há cinco, dez anos, tradicional, não é nada disso. Se aquela comunidade tem o interesse de fazer regularização fundiária, ela rapidamente monta ali uma representação, através de uma entidade qualquer ou de uma entidade existente, ou monta uma entidade nova ali, e eles vão fazer conosco um projeto de recuperação dessa área de regularização fundiária.

Bom, se de um lado isso, no nosso entendimento, tem uma parceria muito grande com as pessoas que estão lá morando, porque nós fazemos através desse diálogo com a entidade, eu também não consigo te dar uma previsão de como vai ser cada um desses projetos. Mas o que eu posso adiantar é o seguinte, nós temos já três entidades que nos trouxeram, três comunidades bastante significativas, bastante grandes, trouxeram o primeiro esboço do que eles gostariam de fazer de regularização dessas áreas. Vão surgir, naturalmente, você tem razão, vão surgir dúvidas ou vão surgir determinados impasses, como é que a gente faz esse arruamento, como é que nós vamos fazer com a Sabesp, e a CDHU vai estar preparada para auxiliar essas comunidades em tudo o que for possível para que chegue em um projeto que eles tenham escolhido, votado e aprovado. Essa é a nossa intenção.

Então, por enquanto, nós estamos ajudando essas comunidades a montar o seu projeto. Um projeto com muita certeza vai ser muito diferente do outro, porque são as entidades, são as pessoas, são os moradores que estão desenhando o seu projeto. E nós estamos dando uma assessoria técnica da forma de dizer, olha, isso aqui é possível, aquilo não é possível, aqui tem um caminho mais fácil, aqui tem um caminho mais difícil e tal.

Ao final desse processo de elaboração de um projeto individualizado para cada uma dessas áreas invadidas, é que nós vamos ter condição de sentar na mesa e dizer: olha, o que vocês conseguem assumir aqui? Alguns deles fizeram lá uma pequena arrecadação, a própria entidade fez R\$50,00 por mês de cada um, R\$60,00, R\$100,00, não sei, nós não entram nesse mérito de que valor eles estão fazendo, mas efetivamente eles fizeram arrecadações e já estão contratando ali um engenheiro, um arquiteto, um biólogo em áreas que têm alguma preservação, enfim. Eles, realmente, nós nos surpreendemos muito positivamente com a capacidade de articulação dessas famílias e dessas entidades e eles, de fato, estão trazendo soluções e que nós acreditamos que nós vamos conseguir resolver parte desses entraves e dessas localidades.

Não vou mentir para você que eu acho que vai resolver todas, mas se nós conseguirmos resolver metade e com a participação ativa dessa população, eu vou dizer que já foi um projeto

com muito sucesso, porque nós, pela primeira vez, conseguimos deixar na mão das comunidades a solução que eles propõem para um problema que, de fato, para o Estado resolver seria muito mais difícil.

Então, quero primeiro agradecer, vamos dizer, esse título de confiança que você está dando no nosso projeto, na própria CDHU, na capacidade dos nossos técnicos, dos nossos funcionários. E, realmente, agradecer, porque é um exercício que nós estamos fazendo a quatro mãos, o Estado junto com a comunidade, e a gente espera que tenha sucesso, pelo menos se eu tiver sucesso em metade desses casos, a gente já vai ter se dado por muito satisfeita.

E vamos também, aqui tem um aprendizado de ambas as partes, naturalmente que eles estão trazendo soluções para nós que nós não tínhamos pensado, e às vezes é possível, às vezes juridicamente não é possível, e nesse entendimento, com certeza, nós vamos ter soluções de comum acordo que nós vamos poder replicar naquelas outras comunidades que estão tendo mais dificuldade em propor um projeto.

Então, eu acho que é extremamente importante a participação dos senhores, particularmente a sua participação, por ser uma pessoa que conhece o assunto, por já ter trabalhado diretamente com isso, e por ter essa relação com essas comunidades. Acho que o nosso sucesso nesse empreendimento vai depender diretamente do envolvimento das pessoas ou das comunidades, das comunidades mais carentes, e do envolvimento delas na própria solução.

Não sei se eu consegui ter alguma resposta dentro do que você esperava, mas é um programa que me agrada muito por a gente ter conseguido essa aproximação. Eu tinha... Para ser muito sincero, quando nós lançamos, o Reinaldo incentivou muito que a gente fizesse através desse mecanismo de parceria, eu tinha muita dúvida se a gente conseguia avançar. Mas será que eles vão ter capacidade de trazer? E a gente se surpreendeu positivamente, e estou lhe dizendo que nós já temos três projetos pré-analisados pela CDHU, temos mais outros dois em início de análise pela CDHU, e isso deixou a gente muito satisfeita de ver que parte dessas famílias conseguiu se articular com um auxílio, naturalmente de alguma associação, para propor uma solução técnica que seja viável no futuro, acredito que próximo.

A sede do governo estadual. Eu vou ter um pouquinho mais de dificuldade aqui, porque não sei bem quais são as suas questões, mas vou tentar fazer uma explanação. A sede do governo estadual é coordenada pela Secretaria de Projetos Estratégicos, não é diretamente pela nossa Secretaria da Habitação. A nossa contraparte é participar daquela estruturação que tem a relação direta com as questões habitacionais.

Então, o que nós temos hoje é que serão mais ou menos 600 famílias que vão ter imóveis desapropriados. Nós estamos provendo, primeiro, o acordo com essas famílias todas, quando há uma desapropriação, indenização e tal. E aquelas famílias que têm mais baixa renda, nós temos aí, a Secretaria da Habitação está provendo unidades habitacionais em um número não só suficiente, porque são duas coisas diferentes. Essas 600 famílias não necessariamente vão precisar do auxílio do Estado, porque são desapropriações.

Mas nós estamos provendo três mil unidades no centro da cidade. Isso tanto para a demanda que apareça desse processo do novo centro administrativo, quanto para fazer um repovoamento do centro, que é um dos programas da secretaria, particularmente da área de desenvolvimento urbano. Então, não sei se essas duas coisas eu consegui te ajudar.

O terminal Princesa Isabel realmente não é assunto que está na nossa Secretaria. Eu sei que ele vai ser removido, mas não sei nem qual é a solução que está sendo proposta, porque aí é a Secretaria de Transportes junto com a Secretaria de Parcerias.

Falando um pouquinho do pantanal. É um pouco semelhante. O projeto do pantanal é um projeto municipal. Foi-nos apresentada as diretrizes desse projeto, mas não conhecemos detalhes. Então nós criamos aqui um grupo de trabalho de Estado com o município para começar a definir como vai ser esse projeto, do ponto de vista de projeto, de execução. Nós não temos ainda nenhuma demanda que diga: olha, a Secretaria da Habitação do Estado vai ficar responsável por construir tantas unidades habitacionais ou para fazer um novo dique, um novo pôlder, se vai fazer a recuperação ambiental. Ainda não está definido. Nós não recebemos ainda das secretarias municipais a demanda do que eles vão fazer naquela área e exatamente o que eles precisam da nossa participação.

Sede do governo... Faltou alguma coisa?

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Lajeado.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Lajeado nós estamos ainda na fase de anteprojeto. Isso é uma estação que deve ficar pronta, segundo a Artesp, no sétimo ano? Daqui a...

O SR. REINALDO IAPEQUINO - No contrato da concessão entrou para ser executada no...

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Daqui a sete anos.

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Nós estamos tentando negociar com a SPI para tentar antecipar.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Tá... É em torno ali...

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Por isso nós não temos ainda muito o que dizer.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Pelos dados também preliminares, são em torno de 300 habitações que vão ter que ser removidas ali para fazer essa estação. E nós estamos... Da mesma forma que nós estamos propondo no centro da Cidade, isso ainda é muito preliminar, estamos falando do sétimo ano, mas nós estamos propondo da construção de 1.500 unidades habitacionais. Quer dizer, bem superior ao volume de remoções que nós estaremos fazendo lá. Nós ficaríamos responsáveis por essa construção de 1.500 unidades habitacionais, mas os dados preliminares, volto a te dizer, é que são 300 famílias que seriam removidas no sétimo ano da concessão ali. Não sei se atendo de tudo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - O sétimo ano é que vai durar durante os sete anos para construir tudo? Ou a concessão vai ser sete anos?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Na concessão apenas, na concessão que foi feita...

O SR. REINALDO IAPEQUENO - Na concessão que saiu lá da SPI, no plano de trabalho da concessionária que ganhou a licitação, está no sétimo ano. Marcelo e eu estamos negociando lá com o secretário Benini para ver se a gente consegue antecipar esse cronograma. A gente quer ver essa estação construída num tempo menor do que esse.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Mas no contrato, hoje, está no sétimo ano da concessão. Essa concessão foi assinada, sete anos depois teria que fazer a construção dessa estação. Está certo?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Gostaria de registrar a presença do deputado Dirceu Dalben.

Passar a palavra para a próxima deputada inscrita, a deputada Ediane Maria.

A SR. EDIANE MARIA - PSOL - Primeiro, boa tarde. Quero saudar a atuação dessa comissão tão importante, com o nome do presidente da comissão Rafael Saraiva, nosso vice-presidente também, o nosso companheiro Jorge do Carmo, que é tão importante estar aqui. Por isso que a gente fala da questão da moradia.

Quero saudar também a presença do nosso secretário Marcelo Cardinale e também... Eu estava te procurando, que bom que te encontrei aqui, nosso secretário da CDHU, te encontrei (Risos.).

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Vou colocar um GPS nele e passo para você.

A SR. EDIANE MARIA - PSOL - Ah, por favor, secretário, por favor, faça isso.

Bom, acho que essa explanação foi muito boa e, ao mesmo tempo, me traz várias dúvidas. Acho que a gente acompanhou, não só aqui no Estado de São Paulo, mas o Brasil inteiro, até fora do Brasil, foi desesperador o que aconteceu na favela do Moinho, que tomou uma grande proporção esse ano.

Mas o que acontece, historicamente, aqui no Estado de São Paulo e no Brasil, é um desprezo, na verdade, por quem luta por moradia. Se alguém mora na periferia, eu, fui criada, minha mãe também, provavelmente foi fruto também de uma ocupação de terra, porque a gente vive, infelizmente, ainda galgando ter que ocupar espaços para fazer sua moradia, que, infelizmente, o que eu falo que vem de investimento público é uma máquina, um trator para derrubar nossas casas no final do dia, depois de 40, 50, 60 anos trabalhados para continuar suas moradias.

Mas, bom, o caso da favela do Moinho, acho que dá um estupor, um alerta para a sociedade, que é as lutas das lideranças comunitárias do direito mínimo e básico que é de moradia. Acho que ali foi um caso bem peculiar, porque ali o Tarcísio pula, sai totalmente, secretários, inclusive de um acordo com o governo federal, extrapola tudo isso. E aí, ao acompanhar aquelas famílias, inclusive levar bomba junto com eles, isso mostra um autoritarismo e uma falta de diálogo e articulação com a própria comunidade sobre quais são as políticas reais e habitação do Estado de São Paulo.

Vamos olhar para o Estado de São Paulo. Vamos olhar o orçamento aqui do Estado de São Paulo, você falou que está girando, Marcelo, em torno de seis bilhões e 400 milhões no orçamento para a habitação.

E aí o que eu acompanhei ali na favela do Moinho? Acompanhei pessoas que estavam sendo colocadas para assinar uma carta de crédito. Uma carta de crédito significa que ele vai assumir uma dívida de 30 anos. Pessoas que recebem, a gente sabe muito bem, recebem o Bolsa Família, ou estão ali trabalhando autônomo, vendendo sua reciclagem, trabalhando no farol, fazendo algum bico, não tem registro de carteira, não conseguem nem sequer comprovar a sua renda.

Eu falo que a periferia, se tem um pouco que a gente gosta, é de pagar nossas dívidas. Infelizmente, com o que a gente ganha, a gente não consegue arcar com elas. Então, o que a gente mais sonha é poder pagar as dívidas, não é à toa que o povo fica atrás, procurando, inclusive, que chegue a água, que tenha regularização, porque a gente quer pagar as contas, a periferia quer estar certinha, pagar as suas coisas, mas não consegue.

Então, quando eu olho para essa atuação de hoje aqui da comissão, eu trouxe algumas perguntas, perguntas que não são minhas, perguntas que são do povo, que nos abordam na rua, porque, assim como na favela do Moinho, também tem o complexo do Jaguaribe, lá em Osasco, também que o nosso presidente Lula, mais uma vez, interviu, entrou, enviou investimento.

E eu vejo também um olhar muito forte, do Jardim Pantanal também, que o deputado Jorge do Carmo colocou aqui muito bem, que são dúvidas. Então, muitas vezes, nós parlamentares, cumprimos uma função que é a do próprio Estado, a da secretaria, que é de ir lá, de falar com o povo, que quando vem, muitas vezes vem o despejo bater na porta, mas não vem: um vamos conversar, vamos resolver, quantos anos tem.

Aqui tem um projeto... porque agora vi que tem muitos parques, agora tem um investimento muito em parques, em áreas verdes e tal, só que eu acho que um parque não pode passar por cima da casa das pessoas. Se esse parque não existe há mais de 50 anos, há mais de 60 anos, há mais de 100 anos, quer dizer, a comunidade está ali há 40, 50, 60 anos, que é o que a maioria das comunidades estão resistindo, e que agora está vindo com o despejo na sua porta.

E aí nós vamos olhar, fizemos aqui uma audiência pública, que foi muito boa, que foi para tratar sobre o despejo zero. E eu fico muito preocupada, secretários, porque eu acho que todos os estados - todos, sem exceção - , todas as prefeituras municipais deveriam ter um plano. Um plano de se vai ter o despejo, então que tem um plano de reassentamento daquelas famílias.

Por exemplo, vamos dar um exemplo, 2020 foi o pico da pandemia, a pandemia rolou e tal, só que lembra que naquela época, porque eu acho que a memória de todo mundo é muito

boa, estava tendo despejo na pandemia, então era o fim que fica em casa, mas a máquina vai passar em cima da tua casa e você vai para a rua. Era isso que estava acontecendo, isso na pandemia.

Os movimentos foram para cima, se organizaram, lutaram e conseguiram naquela campanha de despejo zero, conseguiram barrar. Agora os estados olham e falam assim, não é mais necessário que se haja, não tem mais pandemia, agora passou tudo, está todo mundo aí livre. E agora depois de cinco anos, são cinco anos, quase cinco anos, agora quer dizer, nenhum estado pensou de fato na política de habitação de reassentamento. Então agora o despejo vai vir para muitas comunidades e o povo está o quê? Com medo, por quê? Não tem mais para onde ir.

E por que se sabia que havia um despejo? Passou quatro anos. Por que sabendo que havia um despejo não houve um plano de reassentamento, diálogo direto com essas comunidades para que agora essas famílias não fiquem desesperadas? Porque é igual na época quando falaram que ia isentar a conta de água e luz e que depois a gente recebeu uma conta bem rechonchuda, que muita gente até hoje está devendo, porque não foi nada isentado. Foi só a propaganda, uma falácia mais uma vez.

Então, o que eu trouxe hoje de perguntas? Eu trouxe umas perguntas bem que ficam algumas dúvidas. Eu acho que tem muito dinheiro no Estado de São Paulo. A gente lida com um orçamento gigantesco. Então, as perguntas para o secretário Marcelo é a seguinte: Quantos editais para a elaboração de habitação estão abertos ou em previsão de abrir? Quantas unidades serão feitas?

Eu acho que o deputado Jorge do Carmo já fez a pergunta mais ou menos nesse sentido, mas eu vou entregar, estou aqui com um papelzinho. Deixe-me entregar logo para o secretário. Eu vou ficar com dois, porque são muitas perguntas.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Isso aqui é para eu ler tudo? Suas perguntas estão aqui?

A SR. EDIANE MARIA - PSOL - Eu vou te dar, esse aqui é oficial seu. Eu vou ler o meu lá.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Tá, vai lendo as perguntas.

A SR. EDIANE MARIA - PSOL - Porque é muita coisa. É muita demanda, secretário.

Quais as cidades e regiões que estão sendo contempladas com os editais prontos e previstos dos programas de habitação do Estado de São Paulo? E quais são as cidades e regiões?

Terceiro, há previsão de editais destinados ao atendimento de famílias da faixa de renda zero? Que entra naquela parte que todo mundo tem direito a moradia. Quanto de recurso há no fundo de habitação do Estado de São Paulo?

Quinta pergunta. Quantas pessoas estão na fila aguardando a previsão de moradia nos programas de habitação do Estado de São Paulo?

Sexto. Há previsão de editais para parcerias com associação e cooperativas? Se sim, quais as cidades e regiões que serão feitas essas seleções?

Sétimo. Recentemente, o governo anunciou a construção de moradia para as famílias desabrigadas pelo incêndio no caminho São Sebastião em Santos. Gostaria de saber se essas habitações serão por meio de financiamento ou chave na chave, tendo em vista que as famílias estão em situação de vulnerabilidade social e o financiamento pode levá-las ao endividamento.

Na mesma linha, a Prefeitura de São Paulo lançou o programa “Recupera Pantanal”, no qual o reassentamento das famílias da região, em algumas passagens, o governo municipal anunciou que há uma parceria com o Estado para a garantia de moradias para essas famílias. De forma, gostaria de saber se procede a parceria e quando será anunciada. Além disso, as famílias receberão auxílio-aluguel?

Oitavo. A previsão dia de tal dos programas “Vida Longa”, “Vida Digna”, “Viver Melhor” e “Reassentamento Habitacional”, se sim, em quais cidades?

Nono. Há elaboração de projetos de habitação destinadas à população imigrantes de São Paulo?

Décimo. Qual a destinação de atendimento para as famílias que estão sendo removidas das áreas da CDHU e do Estado? Estão recebendo auxílio-aluguel? Como também serão contemplados os programas de habitação do Estado de São Paulo?

São algumas perguntas que acho bem importantes. E nessa questão dos imigrantes, é bem interessante, porque atendo bastante secretário, e vejo que eles ficam fora das políticas de habitação. Então não dá para o Estado de São Paulo ou para o Brasil abrir a porta e fechar a janela quando não garante moradia para quem vem construir também o nosso país. Muito obrigada.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Minha querida Ediane.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Muitas perguntas, né, secretário? (Risos.).

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Não, coisa pouca. Eu vou tentar fazer um resumo das respostas e depois mando para você os números.

Por exemplo, você perguntou aí, vida longa, quais são os municípios e quantos editais tem. Nós temos 54 editais. Eu não vou saber os 54 municípios aqui de cabeça, mas vou passar depois. Mas vou tentar fazer um apanhado aqui de forma geral das questões que você levantou e depois, por último, eu falo um pouquinho do Moinho, que também você me cutucou. Eu vou responder para você adequadamente.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Opa.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Bom. Quantos editais de elaboração da habitação estão abertos em previsão de abrir? Quantas unidades serão feitas? Nós temos hoje um chamamento que foi fechado agora para cinco mil unidades. Nós vamos chegar a nove mil unidades em contratação direta para a CDHU. Devemos fazer até um lançamento no Palácio de aproximadamente quatro ou cinco mil unidades já para ordem de serviço nesse mês de agosto ainda. Mas eu acredito que em torno de nove mil unidades e mais nove mil unidades do CCI.

Nós temos em torno também, vou falar só em grandes números, em torno de 18 mil unidades para entregar até o final deste ano de 2025 ainda. Esses que estou falando aqui vão se somar àqueles números que eu apresentei ali no painel. Estou com o exemplo para acreditar, previsto o programa de habitação de São Paulo. Nós temos aproximadamente 200 municípios. Eu vou mandar para você depois a lista de todos os municípios que têm obra hoje e daqueles que serão contemplados. Todos eles com adesão ao programa habitacional. Nós fazíamos convênio antes. Hoje nós temos uma adesão simples ao programa habitacional. Todos os prefeitos fazem, todos os prefeitos onde vai haver os empreendimentos, eles fazem adesão. Então isso nós temos aí uma parceria, tenho documentado com todas as prefeituras.

Famílias de baixa renda? São todos, porque nós só atuamos nas famílias de baixa renda. Essa pergunta eu não entendi. Há previsões digitais assinadas em atendimento de famílias de baixa renda? Nós temos... A legislação leva que nós temos que fazer um atendimento até seis salários mínimos prioritariamente. Hoje nós estamos atendendo abaixo de três.

Então, todos os programas da secretaria, hoje o Reinaldo até me perguntou sobre esse assunto, por isso que estou um pouco mais com os números na cabeça, todos os programas da

secretaria estão atendendo abaixo de três salários mínimos. Nós não estamos chegando nos seis salários mínimos.

Não que isso fosse equivocado, mas nós fizemos aí um esforço bastante grande no início do governo para que a gente priorizasse esses empreendimentos de baixa renda, como você está aqui citando.

Quanto tem de recurso? O recurso... Eu vou passar para você também um extrato, mas são dois tipos. Nós temos lá aproximadamente 300 milhões que são comprometidos já com obras, inclusive com o FAR e FDS, porque nós fizemos um acolho com o governo federal, que nós fazemos agora o desembolso através das medições ao longo do ano. Nós não fazemos mais aquele desembolso na cabeça.

Então, eu vou passar para você quanto tem no fundo, quanto disso já está comprometido com esses programas federais. Mas já diria que a secretaria hoje está em uma etapa deficitária, porque nós executamos, como vocês falaram dos números, nós estamos executando de uma forma muito veloz esse orçamento e, portanto, estamos entrando em recursos extra-orçamentários já todos os anos, a partir de agosto ou setembro. Então, nessa altura, o fundo fica deficitário. Não fica deficitário porque o Estado cobre, mas não há recursos sobrando para empreendimentos futuros.

Cada um desses empreendimentos, nós lançamos as licitações, nós pedimos uma cota extra-orçamentária ao governo, o governo atribui e aí é que nós temos a autorização para fazer as licitações futuras e o governo vai passando mês a mês as medições que nós temos que fazer.

Nós não trabalhamos com fila. A CDHU não tem um cadastro único de moradores. O que nós trabalhamos, nós estamos concluindo, até o final desse ano, um plano habitacional para o Estado de São Paulo, um novo plano habitacional, mas, até o momento, nós lidamos com aqueles números de déficit habitacional, tanto da João Pinheiro quanto desses institutos todos que fazem a pesquisa, lidamos com algo em torno de 900 mil habitações, considerando aluguel e comprometimento excessivo da renda acima de 30%, acima de 30%.

Então, em torno de 900 mil, é o déficit do Estado de São Paulo que todos os governos trabalham, inclusive o governo federal.

O SR. REINALDO IAPEQUINO - (Inaudível.).

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Temos oito mil famílias recebendo auxílio-moradia hoje, foi outra pergunta que você fez aqui.

A previsão de edital para parceria e associações cooperativas, sim, mas lembrando também que, além dos editais que nós temos previsto para parceria com associações cooperativas, nós participamos de todos os programas com associações cooperativas do governo federal, no FAR e FDS, por conta da parceria que nós fizemos com o Jader. Nós temos previsto 30 mil unidades, eu passei para vocês o balanço de quanto foi, já assinamos até hoje... acho que 12 mil, Lucas? É, 11 mil, mais ou menos, e nós temos essa previsão até 30 mil unidades que vão sendo debitadas, vamos dizer, desse convênio que nós fizemos.

Todos esses empreendimentos que você fala aqui do pantanal e das palafitas, nós fazemos, em primeiro lugar, o aluguel, está certo? Então nós participamos do aluguel, e depois nós fazemos a construção das unidades habitacionais. Hoje nós temos 1.996 unidades sendo construídas para serem entregues ainda em Santo e São Vicente. Santo, São Vicente e Cubatão, nas três, para a Palafita, 1.996. De 2.900 que nós licitamos, nós já entregamos 904, qualquer coisa assim, e temos 1.996 para serem entregues nos próximos 18 meses, aproximadamente. Em cima disso, o governador autorizou mais 416 na última semana, então que vão se somar, não começaram ainda a ser, não assinamos os contratos, mas vai ter mais essas 416 unidades.

O pantanal é aquele, é a resposta que eu dei para o Jorge, acho que está dentro da mesma linha.

“Vida Longa”, “Vida Digna”. “Vida Digna” digna é esse das Palafitas lá. “Viver Melhor”, nós já temos edital, já temos feito editais, também posso passar quais são os municípios, e o vida longa é esses 54 empreendimentos que nós já estamos aí com convênio com os municípios.

População imigrante. População imigrante é um tema, diria que a parte, nós lidamos sempre com o governo federal, porque, por conta de que você tem imigrantes que são regulares, outros que não são regulares. Quando não são regulares, nós temos que regularizar a CDHU, ela não pode fazer nenhum atendimento à imigrante irregular, que esteja irregular.

Então, o que nós temos feito? Nós apresentamos esse imigrante aos órgãos federais, para que haja uma regularização, e aí ele entra, possivelmente... Por exemplo, vou dar um exemplo para vocês do centro da cidade, da expansão do centro administrativo. Ali apareceram alguns imigrantes ilegais. O que nós fizemos? Nós estamos regularizando a situação deles, primeiro, defensoria com todo mundo, e depois colocamos nos mesmos programas habitacionais que vão ser atendidas as outras pessoas do centro da cidade.

E aqui a última já respondi antes. Se elas estão recebendo auxílio-aluguel, sempre recebem o auxílio-aluguel quando é removida, ou ela vai para uma unidade habitacional

definitiva, ou ela recebe o auxílio-aluguel momentaneamente. Aí eu queria pedir para o Lucas colocar ali o filme do Moinho, só para nós pontuarmos algumas questões que a Ediane falou.

Pode pôr as fotografias, e depois nós colocamos aquele filminho, se você tiver, o que você tiver aí, Lucas, por favor.

Pode ir passando. Eu queria mostrar... Não, pode pôr.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Eu acho que aí dá para ter uma ideia do que eram as moradias dentro da favela do Moinho. Quando a gente fala de que tem pessoas que construíram ao longo da sua vida, suas edificações e tal, a gente tem que conceituar um pouco do que nós estamos falando.

A favela do Moinho é um lugar de miséria e de exploradores. Tem esses dois tipos de pessoas lá dentro. Umas vivem na miséria, outras são exploradores. Nós temos grandes latifundiários do Moinho, pessoas que têm 50, 60, 80, mais de 100 casas. Isso está consignado um por um, inclusive em inquérito do Ministério Público. E o que nós fizemos foi resgatar as pessoas que moravam naquela miséria. Eu fui lá ver que tinha barraco de quatro barracos, dividindo um mesmo banheiro, uma mesma privada. Então essa é a miséria que a gente eliminou na favela do Moinho.

O governo federal veio para cá, criou uma confusão dos infernos, falando que não queria que tirassem as pessoas, não quer que faça a demolição desses barracos por conta de favorecimento das pessoas que são os grandes latifundiários. O governo federal não está defendendo individualmente aquelas pessoas que foram retiradas de lá, porque as pessoas que foram retiradas de lá estão indo para apartamentos, como vocês viram nas imagens ali. Então, realmente, nós temos um embate.

O governo federal tratou isso de uma forma ideológica, tratou de uma forma que não quer favorecer as pessoas mais humildes da favela do Moinho, fez um movimento que só favorece as pessoas que são os grandes proprietários, os grandes latifundiários do Moinho, e o Governo do Estado de São Paulo realmente assumiu o seu papel de fazer a remoção das pessoas

humildes, das pessoas pobres e levando para apartamentos absolutamente adequados. Então, na minha visão, essa é a questão da favela do Moinho.

Você falou um pouco da questão da conta de luz, é uma regulamentação federal que até hoje ninguém recebeu, você usou esse termo, ninguém recebeu o desconto da conta de luz, isso é uma regulamentação federal. Eu também concordo que o governo federal trata muito mal a parte de energia elétrica do Brasil. Nós vemos a qualidade da Enel aqui em São Paulo, que ninguém consegue dar uma multa nela, não consegue tirar a empresa. O governo federal agora está renovando o contrato da Enel por mais 20 ou 30 anos.

Então, nisso nós temos a mesma opinião. Também acho que o governo federal conduz de uma forma muito equivocada, muito ruim, de uma forma superficial, defendendo a empresa e deixa de lado as pessoas que deveriam ter o seu desconto na conta de luz, se é que a gente está falando do mesmo assunto.

A SR. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Com a palavra.

A SR. ANALICE FERNANDES - PSDB - Primeiro, para cumprimentá-lo pela presidência aqui desta comissão, que, a meu ver, é muito importante. Esses debates aqui colaboram muito tanto com o governo em si, como também com a Secretaria da Habitação. Quero fazer aqui e render as minhas homenagens à Secretaria da Habitação, pelo trabalho brilhante que o secretário Marcelo Branco faz, que o presidente da CDHU, Reinaldo Iapequino, vem desenvolvendo.

Estou aqui há 20 anos na Assembleia, vai para 24 anos no final desse nosso mandato. E quero confessar aqui a todos os meus colegas que, assim como eu, já participaram de movimentos pró moradia, é um movimento importante, é uma luta do cidadão que não tem a sua casa própria. E eu fiz isso por muitos anos na cidade onde eu vivo, moro, em Taboão da Serra.

Então lá eu conheço bastante a realidade, em Embu das Artes, Itapecerica, aquela região toda de cidades que receberam uma migração muito grande, lutaram pela sua moradia. Enfim, nós estamos aqui há muito tempo batalhando por moradia e vendo o governo falar e entregar, na medida do possível, a casa própria para essas pessoas. Mas confesso aqui na tarde de hoje que nunca tinha visto um governo fazer tanto por moradias populares como o governador

Tarcísio e como o secretário da Habitação, Marcelo Branco e o Reinaldo Iapequino vêm fazendo.

Todos os números apresentados durante todos esses anos, não foi possível de serem efetivados. Não sei se faltou vontade política, se faltou dinheiro, não sei o que faltou. Eu só sei afirmar que, nesse governo, desde o primeiro ano, quando nós vivemos a tragédia em São Sebastião, quando o Governo do Estado de São Paulo mudou seu gabinete para aquela região, e atuou de maneira rápida e eficiente para dar moradia para essas pessoas, mostrou claramente para mim e para muitas pessoas que lutam por moradia que esse governo veio para entregar moradia de fato, que não era um governo que estava apenas fazendo discurso político. Ele estava fazendo aquilo que ele, de fato, acredita, que é oferecer oportunidade de vida melhor para as pessoas.

Quando eu vejo o programa “Bairro Paulista”, e estive na inauguração lá na cidade de Juquitiba, e acompanhei aquela área por anos a fio. Degradada, feia, sabe, sem qualidade de vida para aqueles moradores, e fui ver eu prestei tanta atenção quando V. Exa. deputada falou e quando V. Exa. deputado Jorge se manifestou, porque eu acho um tema muito sério e nós precisamos aqui ouvir o que é verdade e aquilo que é falácia.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Estou ouvindo atentamente, Vossa Excelência.

A SR. ANALICE FERNANDES - PSDB - Obrigada, porque eu tenho um profundo respeito pelo trabalho de Vossa Excelência. E na cidade de Juquitiba, eu vi uma área sendo completamente recuperada, e a população feliz naquele espaço. Embora o valor empregado nesse programa seja pequeno, o resultado dele é de uma eficiência, é de uma resolutividade que vale a pena a gente ver de perto, valorizar e colocar recursos das nossas emendas, inclusive direcionamento no final do ano, no orçamento, para que a Secretaria da Habitação consiga fazer em outras cidades o que foi feito na cidade de Juquitiba, valorizando o bairro da Palmeira e valorizando a vida de quem mora ali.

Vi ali crianças sorrindo, com área de lazer, vi ali a pequena quadra poliesportiva, toda a parte de urbanismo melhorando e dando qualidade para aquela população. Vi também a entrega maravilhosa acontecendo, recentemente, na cidade de Embu das Artes. Nunca tinha visto uma quantidade tão grande de unidades sendo entregues numa mesma região e mais, com uma diferença: com qualidade. Que eu nunca na história que acompanhei a secretaria entregar as unidades, vi. Qualidade no espaço físico, qualidade da moradia, as varandas em cada apartamento que não existia isso. Então eu quero cumprimentar, sim, a secretaria e o Governo

de São Paulo, porque tudo isso nós queríamos, deputado Jorge, deputado Ediane, ver o cidadão receber uma casa com qualidade, ver o cidadão receber uma casa que tem uma varanda, aonde aquela senhorinha que estava ali no filme, enquanto V. Exa. olhava no celular, sorria e falava: agora, eu olho pela janela da minha casa, eu olho pela varanda da minha casa.

Quantas pessoas eu vi darem testemunho que não conseguiam dormir de tanta felicidade ao entrar nessas casas que estão sendo atendidas pelo Governo de São Paulo. E que na nossa, na tarde de hoje, nós pudemos constatar que serão entregues até o final do Governo 179 mil unidades. Quando nós chegamos perto de construir isso aqui em São Paulo? Pela primeira vez nós estamos dentro de uma perspectiva de chegarmos até 200 mil unidades.

Então a Secretaria da Habitação, a nossa CDHU precisa do apoio desta comissão aqui, desse número de deputados lutando ao lado de vocês, porque quando existe seriedade e existe hoje. Porque hoje, quando nós vamos à Secretaria da Habitação, nós saímos de lá com resposta, com resultado. Por quê? Porque existe eficiência, existe boa vontade.

Então, na tarde de hoje, eu quero deixar aqui registrado o meu contentamento e cumprimentar essas duas autoridades, tanto você, Reinaldo Iapequino, como você, Marcelo Branco, pelo brilhante trabalho e pelo direcionamento que o Governador Tarçísio tem dado a um tema caro, sensível e que São Paulo precisava experimentar. Muito obrigada.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Deputada, ela já tinha pedido a palavra.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Ela tinha pedido?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Tinha. Aí já passo...

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Só porque ela já tinha pedido. Aí depois finalizo com os apontamentos do deputado Eduardo Suplicy.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem. Muito obrigada, presidente, caros colegas. Muito rápido, eu quero aqui corroborar com toda a fala da nossa deputada Analice,

que está aqui à frente da Comissão, com pertinentes questionamentos e colocações. Quero parabenizar a Secretaria de Habitação, aqui em nome do nosso secretário Marcelo Branco, também Iapequino, todo o time que tem feito realmente um trabalho fantástico, e colocar nessa questão dessa briga ideológica e essa questão toda da habitação, que muitas vezes acaba atrapalhando o desenvolvimento do nosso Estado.

Não só nessa questão de grandes latifundiários que acabam assumindo uma favela ou uma comunidade, cobrando dos municíipes e das pessoas que estão ali valores absurdos, onde já se viu se pagar R\$ 600,00 por uma habitação daquele nível. É um negócio surreal. E o Estado tem feito um trabalho maravilhoso.

E colocar um número que também acho que é muito importante. O Governo do Estado de São Paulo arrecada mais de 900 bilhões em impostos por ano, que vai para o governo federal. E quanto volta para o Estado? Menos de 7%, de 7% a 10% de tudo o que é arrecadado. E aí tem uma conta que é muito simples, que isso se deve à questão do Pacto Federativo, muito injusto com o nosso Estado, mas que isso deveria ser revisto.

Mas se por um ano, apenas um ano, todos os impostos que fossem arrecadados no Estado de São Paulo não fossem para o governo federal, nós teríamos saneado todo o problema habitacional do nosso Estado. Um ano somente.

Então é algo que a gente precisa realmente pensar, colocar pessoas à frente, lá no Congresso e no Senado, para que lutem por uma reforma, um Pacto Federativo mais justo para o nosso Estado. Porque tenho certeza que nós teríamos um Estado que já é um Estado muito melhor, mas teríamos um Estado de primeiro mundo concorrendo com os melhores.

Mas, enquanto isso não acontece, tenho que parabenizar a sua secretaria por todos os trabalhos que foram feitos durante esse período, com tantas obras entregues e com tanta regularização fundiária que é importantíssimo.

Então vou precisar me retirar, vou deixar aqui a comissão, mas só tenho a dizer que me sinto muito orgulhosa de estar nesse mandato com essa parceria com a Secretaria de Habitação, com esse trabalho brilhante.

Que Deus abençoe vocês e continue trazendo mais benefícios para nossa população, porque tenho certeza que, ao contrário de quando chegam e fazem um tumulto para retirar pessoas de uma ocupação que vão dar melhorias e uma digna vida para elas, elas sabem muito bem o que vai impactar, e eu tenho certeza que elas estão felizes, e a gente precisa pensar em quem vai ser beneficiado que vai feliz, e não com o tumulto que fazem com tudo isso. Parabéns e me desculpa por ter que me retirar agora, tá bom? Beijos.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Com a palavra a deputada Ediane Maria.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu acho que fui citada aqui algumas vezes, e com falas que, de fato, querem me ensinar o que é a luta por moradia, aí já chega a ser o absurdo.

Eu falo sempre o seguinte: eu sei o que é criar um filho na periferia, eu sei o que é aquelas condições de casa ali, mas eu chegava aqui, eu estava naquela casa ali também, eu também morava numa casa que nem aquela, que em 2020, mas não só, em vários outros períodos, meu telhado voou. Onde eu não podia dormir com os meus filhos, porque se chovesse muito, aumentasse, eu não sabia se aquele telhado iria ficar.

Então, quando eu olho para ali, a favela do Moinho, que falaram que foi uma questão ideológica, que de ideologia não tem nada, ali tem realidade, ali tinha pessoas, tinha famílias, que o Brasil inteiro assistiu. O Brasil inteiro viu o que aconteceu na favela do Moinho.

Se o presidente Lula, se o governo federal não entrasse ali, a tragédia, sim, seria devastadora. O terrorismo psicológico se instaurou na favela do Moinho, assim como é em várias comunidades. Assim como é necessário os movimentos sociais entrarem para organizar o povo, junto com as lideranças comunitárias, pessoas que não eram nem sequer lideranças, que a partir da remoção das suas casas começam a entender o que é a luta por moradia.

Eu tenho muito orgulho de dizer que cheguei aqui dentro dessa casa e que represento aqui o maior movimento urbano da América Latina, que é o MST. E nós sabemos o que é luta por moradia e entregamos moradias. Vamos entregar em Itaquera mais de 2.600 unidades, sim, apartamentos, sabe, de luxo, com sacada, com espaços maravilhosos. Então, eu sei o que é isso, eu sei muito bem o que é a luta por moradia. Tanto que eu entrei para me organizar porque eu estava ali lutando pela minha moradia.

Mas graças a um movimento organizado cheguei até aqui nessa casa para poder, sim, debater sobre orçamento, sobre política de habitação e sobre dignidade para as mulheres, porque quem mora em uma periferia, ela não quer morar ali, ela mora porque é um lugar que existe.

Eu cheguei aqui em 2002, o Estado de São Paulo nunca foi governado pela esquerda. Se existe hoje um programa de habitação “Minha Casa Minha Vida”, sabe por quê, gente? Existe porque o nosso presidente Lula trouxe o programa de habitação porque o presidente Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Só um minuto, espera aí...

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Todo mundo sabe que o presidente Bolsonaro retirou o “Minha Casa Minha Vida” e colocou o “Minha Casa Minha Vida” em amarelo.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Deputada, só um minuto. Vou preservar a palavra da deputada Ediane Maria, só pela resposta e pelo tempo aqui, e depois passar a palavra para o deputado Eduardo Suplicy. Só peço que a senhora seja breve, por favor.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - É que é muita luta, sabe, presidente? Muito obrigada. Bom, então, querendo ensinar o que é a luta por moradia, o que é o desafio, o que a periferia enfrenta, o que é que nós temos que lutar todos os dias para vir, secretário, a regularização fundiária, que é uma coisa importantíssima, que venha a regularização junto com a urbanização, junto com a dignidade real das periferias. É isso que a gente luta todos os dias.

Por isso que eu fico feliz quando eu vejo falando vai vir o processo de regularização, sabe por quê? Aquela pessoa já criou toda a sua rede de apoio é naquele bairro. Ela mora há 30, há 40, há 50 anos na favela do Moinho, ali retirar quatro gerações de pessoas que moravam na favela do Moinho...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Deputada...

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - ... e que agora conseguiu, sim, graças ao governo federal, uma negociação, uma articulação, inclusive que o governo estadual ganhou com isso. Até porque os moradores iam ganhar uma carta de crédito de 30 anos para pagar a sua moradia, sendo que lá a política é chave na chave e que, graças ao governo federal, ele entrou com 180 mil e o governo estadual entrou com 70 mil reais. Foi o que garantiu que fotos como essas, vídeos como esses, garantiu.

Então, por trás desse vídeo aí, tem muita dor, muito sofrimento, muita bomba, que foi o que o povo levou, e muito terrorismo psicológico. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Deputada, passo a palavra. Com a palavra, deputado Eduardo Suplicy.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - O senhor vem dar a garantia pela ordem, por favor, tá?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Por favor.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - É muito rápido, senador, é muito rápido, só para dialogar com a deputada Analice Fernandes, com o carinho e o devido respeito que eu tenho por Vossa Excelência.

Vossa Excelência falou e muito bem que agora está acontecendo o maior desenvolvimento em termos da moradia no Estado.

Esse estado foi governado 28 anos pelo PSDB.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - E daí? E daí? O bacana agora é reconhecer quem está fazendo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Calma, calma, deputada. Você está nervosa?

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Não.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Calma, então. Eu sou realista. Eu escutei a senhora aqui muito tempo.

Esse Estado foi governado por 28 anos interruptos pelo PSDB. O partido de V. Exa. Então quer dizer, então, que esse Estado não fez nada há 30 anos, só 28.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Fez pouco...

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Calma, deputada.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Fez pouco. E hoje nós estamos aqui... Deputado, nós não estamos aqui para dialogar PT...

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Eu vou ouvir V. Exa. mais uma vez.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - ... contra PSDB. Nós estamos aqui falando do que vem acontecendo no Estado de São Paulo. Não é PT e PSDB, por favor.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Tá bom.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Pedir só...

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Posso falar agora, deputada?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Só que vamos respeitar quem estiver com a palavra, por favor. Finaliza, depois a gente vai passar pro deputado Eduardo Suplicy, que já está aguardando há 30 minutos.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - A deputada me chamou a atenção, porque eu estava conversando. Ela me chamou a atenção. Agora não quer me ouvir. Um minuto. Deputada, eu tenho o maior carinho e respeito por Vossa Excelência. Então, por favor.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Vossa Excelência está fazendo discurso.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Não estou fazendo discurso.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Está fazendo discurso.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - A senhora é do PSDB, que governou esse Estado por 28 anos.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Não importa, não importa.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Então não fez nada. A senhora está reconhecendo. Enquanto isso, Sr. Presidente...

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Eu reconheço o trabalho do governador Tarcísio.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Para concluir, o PSDB aqui nessa cidade aprovou o famigerado Projeto 529, de 2020, que extinguiu a CDHU. Que propôs a extinção da CDHU e foi aprovado por Vossa Excelência.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - E agora é diferente.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Graças a Deus.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - E agora é diferentes, a CDHU está dando resultado.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Graças a Deus esse governo não extinguiu a CDHU. Mas o PSDB, o Doria...

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Ótimo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - E os deputados aprovaram aqui a extinção da CDHU. Que eu tenho um projeto de lei, já que não vai extinguir, que bom que não vai extinguir, que cancele, que anule esse inciso que aprovou a extinção da CDHU. Desculpa, deputada.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Isso... A grandeza...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Vamos fazer assim...

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - A grandeza... Peraí, presidente. A grandeza de uma pessoa é reconhecer os seus erros e aquilo que o governo estiver fazendo de forma honrada e séria tem que ter o meu apoio, e vai ter, e está tendo.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Nós teremos ainda muitas oportunidades de ter esses embates, mas poucas as oportunidades ainda nessa legislatura de termos aqui a prestação de contas do secretário. Então vamos dar continuidade.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Eu quero pedir licença, porque eu tenho prefeitos lá no gabinete me aguardando agora. Obrigada. Obrigada pela presença.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - E acho que a gente tem que...

Foi falado muito a palavra ideologia, brigas ideológicas. Eu não vou discutir sobre Lula, sobre Tarcísio, sobre Bolsonaro. Eu vou discutir sobre Reinaldo Iapequino, que estava lá no comitê, em um gabinete de crise ali, cuidando da favela do Moinho, sobre o secretário Marcelo Branco, que buscou resoluções sobre a favela do Moinho, e tantas outras que até o deputado Jorge do Carmo traz aqui de forma reiterada.

Então, o intuito do Art. 52-A é uma prestação de contas para os deputados, para que os deputados possam prestar contas com as suas bases. E os números são trazidos aqui, mostram que a secretaria de fato... O deputado conhece o meu trabalho, não tenho por que, desculpe até a forma de falar, puxar saco de secretário.

Temos que fiscalizar, temos que cobrar, mas os números estão vindo aqui, talvez por uma falta de política pública do PSDB, ou não, não era deputado à época, colocou hoje essa secretaria em uma vitrine, de uma forma positiva, com uma entrega real, que temos que colaborar, contribuir. E espero que esses embates, nas próximas sessões, aconteçam, para que a gente cobre a Comissão de Finanças, para que a gente tenha mais possibilidades de investimento.

Com a palavra, deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Caro presidente Rafael Saraiva, obrigado. Eu estou aqui participando pela primeira vez desta Comissão de Habitação, em virtude de o titular, o deputado Simão Pedro ter sido substituído. Mas, dentro do PT, aqui na Comissão, eu assumo o lugar do caro deputado Simão Pedro, que eu acredito que ainda poderá até voltar à Assembleia Legislativa, porque ele merece. Mas eu gostaria de cumprimentar o Secretário da Habitação, Marcelo Cardinale Branco, bem como o presidente CDHU, Reinaldo Iapequino.

Muitas perguntas já foram feitas e respondidas, então eu serei breve, levando em conta um aspecto que preocupa a todos nós, que é ainda um número tão grande de pessoas em situação de rua. O último cadastro único, o último levantamento do cadastro, publicado em julho, indicava 150 mil pessoas no estado em situação de rua e quase 100 mil, 99 mil apenas na capital. E gostaria de pedir a reflexão do Marcelo Cardinale Branco a respeito de como resolver essa situação de um número tão significativo de pessoas, muitas vezes incluindo boa parte dos imigrantes que chegam ao nosso estado, vindo de outros lugares. Então já foi feita a pergunta sobre os imigrantes.

Mas eu gostaria que pudesse fazer uma reflexão sobre a questão da pobreza extrema, da pobreza absoluta, daqueles que hoje não têm os seus lares, não têm formas de adequadamente ter as suas crianças frequentando a escola e muitas vezes estão nas ruas ainda, porque se trata de uma questão fundamental.

Pergunto em que medida considera importante que a implementação da Lei 10.835, de 2004, há 21 anos aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente Lula então, e que reforçou o Congresso Nacional, e o Presidente Lula promulgaram a Lei 14.601, que diz que o programa “Bolsa Família” é uma etapa na direção da implementação da renda básica de cidadania que significará o direito de toda e qualquer pessoa no Brasil, não importa a sua origem, raça, sexo e idade, condição civil ou socioeconômica, inclusive para os estrangeiros aqui residentes há cinco anos ou mais, todos passaremos a ter o direito a uma renda suficiente para atender as necessidades vitais.

Mas como assim, até para o secretário Marcelo Cardinale Branco? Sim, para o Pelé, se fosse vivo, para o mais bem-sucedido empresário brasileiro, para os 94 deputados estaduais, todos passarão a ter o direito a receber a renda básica de cidadania, se avaliar que isso tem a ver com a oportunidade de habitação. Agradeço muito a sua reflexão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Queria bater palmas.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - O que é? Ela quer bater palmas? Vamos. (Palmas.).

Senador Suplicy, primeiro um prazer muito grandevê-lo aqui, um prazer muito grande em ouvi-lo. Nós temos... Primeiro dizer que eu concordo absolutamente com o que o senhor está dizendo, que a população de qualquer nação tem que partir de um número que não seja o zero, para que tenha condição minimamente de ter alimentação, de ter saúde para as suas crianças, de ter educação, que são os três pilares básicos, que eu acredito, da cidadania.

Nós temos feito como ensaio dois projetos que eu acho muito interessantes, nós estamos muito no princípio desses dois projetos, mas me comprometo aqui com o senhor de encaminhar os resultados conforme eles forem se apresentando.

O primeiro é um programa de “Housing First” em Campinas, junto com o prefeito Dario, nós identificamos que na região metropolitana de Campinas nós temos três mil moradores de rua, aproximadamente. E nós desenhamos um projeto que nós estamos começando agora de eliminar 100% dessa possibilidade dessas pessoas na rua, por ser um núcleo bastante rico, a

região metropolitana de Campinas, somando Indaiatuba, todas as cidades que a compõem. São municípios que têm uma capacidade de reação muito boa, reação financeira e estruturação dos próprios municípios, e com o apoio da nossa secretaria nós começamos a coisa de 30 dias esse programa de “Housing First”, e pretendemos que isso seja um primeiro modelo para o estado de São Paulo.

Vamos avaliar quais foram os sucessos, quais foram as dificuldades, quais foram os erros que nós, eventualmente, podemos cometer ao longo dessa jornada, mas vai ser um ensaio que eu repto muito interessante para que a gente tenha um projeto para replicar em outras regiões.

A segunda questão é um convênio que fiz também há coisa de 15 dias atrás, com o BID e com o ONU-Habitat, no sentido de analisar, nós pegamos inicialmente o eixo que vem ali das palafitas de Santos, São Vicente, Cubatão, até a região metropolitana de Campinas, passando, portanto, pela capital, pela região metropolitana de São Paulo, que são as regiões, talvez as regiões mais ricas do estado e onde tem as pessoas mais pobres do estado.

A grande pobreza no nosso país, ela se concentra nas grandes concentrações urbanas e não nos rincões do estado ou do país. A gente sabe disso. É aqui onde tem a maior riqueza que nós temos também a maior pobreza, como o senhor bem pontuou, com essas famílias mais desguarnecidas do ponto de vista de cobertura do governo.

Então, esse convênio que nós fizemos com o ONU-Habitat e com o BID, tem o encargo de analisar qual a evolução social que as pessoas que são atendidas nos empreendimentos habitacionais podem apontar ao longo dos anos.

Nós temos uma convicção de que a habitação pode ser o primeiro grande caminho para inserir as pessoas na sociedade de uma forma mais justa e iniciar ali o seu processo de inclusão de cidadania. Mas nós nunca mensuramos isso na prática e em alguns conjuntos. Então, nós estamos pegando aquelas áreas com bastante miséria, como são as palafitas em Santos, como são as grandes favelas aqui na região metropolitana de São Paulo e esses moradores de rua na região de Campinas, e estamos fazendo um primeiro ensaio de qual é a resposta que há de promoção social através do atendimento habitacional.

Então, são esses dois programas que eu tenho para lhe apresentar, para lhe responder à questão de qual é a preocupação da Secretaria da Habitação em relação a essa miséria que nós não podemos admitir no nosso país.

Então, me comprometo aqui que o senhor seja informado paulatinamente dos resultados que nós tenhamos desses dois ensaios, desses dois exercícios.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - A palavra.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Sempre o vereador e sempre o presidente da Câmara Municipal de São Paulo estão ali quietinhos, agora que eu identifiquei, vereador Police Neto.

O SR. - Ele é grandão, né.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - É, ele estava escondido ali. Prazer em revê-lo, viu? Mas também, presidente, não sei se já está disponibilizado, mas é para pedir para o secretário se ele vai disponibilizar. Se pode disponibilizar a apresentação para a nossa comissão.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Já está no grupo com todos os assessores.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Com a palavra.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Sr. Presidente, queria agradecer a oportunidade de falar aqui e cumprimentar o meu amigo, Secretário do Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Cardinale Branco, cumprimentar o presidente da CDHU, Reinaldo Iapequino, também o vereador, sempre vereador, Police Neto, muito obrigado pela presença.

Em nome deles, cumprimentar toda a equipe da secretaria e da CDHU. Agradecer a V. Exa. pela oportunidade, presidente, deputado Rafael Saraiva, cumprimentar as senhoras e deputados, senhoras e deputados, senhores e deputados, todos que nos acompanham pela rede Alesp.

Eu quero aqui evidenciar o excelente trabalho. Parabenizar, Marcelo e Reinaldo, pelo excelente trabalho que têm feito diante dos programas habitacionais, das políticas públicas

voltadas para a habitação. São políticas públicas que realmente apresentam números surpreendentes. Eu tenho aqui alguns números.

São 74.000 cartas de crédito entregues, corresponde a 921.179.000 unidades em produção. São 125.000 entregues até agora. Se somarmos todos os programas, “Casa Paulista”, “Viver Melhor”, etc., são mais de 200.000 unidades que serão entregues até o final de 2026. Ou seja, computamos uma quantidade total de quase 300.000 unidades até o final de 2026.

E temos que fazer um comparativo com os governos anteriores, secretário Marcelo, entregavam uma média de 20.000 unidades. Então, é um pulo surpreendente o que os senhores, o trabalho, a gestão dos senhores diante de todas as políticas públicas voltadas à habitação. Quero parabenizar também pela excelente atuação na favela do Moinho, que está trazendo dignidade, cidadania para aquelas pessoas, segurança, tirando as pessoas, as famílias, daquela condição de vulnerabilidade, dando uma moradia digna.

Eu preciso... O que me chamou a atenção aqui, porque quando estive no governo Bolsonaro, minha primeira atuação lá em Brasília, em meados do ano 2020, foi no Ministério da Agricultura, apoiando e atuando sobre a gestão da ministra Tereza Cristina, a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, que era dirigida pelo então secretário Nabhan Garcia, da perspectiva que foi apresentada aqui com relação à regularização fundiária.

A regularização fundiária é o caminho para trazer dignidade, para libertar aqueles que estão em assentamentos, aqueles que estão dentro da cidade, em uma condição vulnerável. Então, aqui em São Paulo, foram 129 mil títulos entregues, são 21 mil em cartório agora produzidos para serem entregues.

Segundo consta, os senhores preveem mais 40 mil para 2026. Então, fico meus parabéns aqui por essa política pública de regularização fundiária, não de reforma agrária, de regularização fundiária voltada para as cidades, que realmente entrega para as pessoas a posse, a propriedade daquela gleba, daquele local onde eles estão instalados, via de regra numa situação que não é a desejável.

E o Estado de São Paulo, o governador Tarcísio, representado aqui pelos senhores, entrega a essas famílias também dignidade, entrega a essas famílias também a possibilidade de ter uma casa, de ter uma unidade para dizer: olha, aqui é minha casa e é minha casa por direito. Os senhores estão fazendo a diferença na vida dos cidadãos aqui do Estado de São Paulo, e fica aqui o meu agradecimento, que Deus abençoe o trabalho dos senhores e contem com minha atuação aqui na Assembleia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Por favor, com a palavra, Sr. Secretário. Não, eu ia passar a palavra para o senhor.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Eu queria só falando um pouquinho... e aí eu quero ser bem, viu, Ediane, bem chão de fábrica aqui, para a gente falar de trabalho agora, um pouquinho, na favela do Moinho.

Foi falado aqui um pouquinho, um pouco, do convênio, do trato, ou do acordo que nós fizemos com o governo federal. E eu diria que foi um acordo excelente para os dois lados. Primeiro, o governo federal que entrou num assunto que está há 30 anos numa área invadida da União, e que nunca tinha tratado, teve a oportunidade de, em conjunto com o Estado, a gente olhar aquilo e resolver a vida daquela população. Então, acho que é positivo para os dois lados.

E o acordo foi feito de uma forma que também interessou muito. Foi o Jader que propôs de colocar os 180, nós colocamos 70, a nossa proposta era até o inverso, mas não tem problema, isso para mim não faz diferença. O que eu digo é o seguinte, melhor do que isso, só se for verdade. Até hoje o governo federal não colocou um tostão. Nós já colocamos 100 milhões.

Eles fizeram uma portaria, depois fizeram uma segunda portaria para regulamentar a primeira portaria, agora está dizendo que falta uma portaria para regulamentar a segunda portaria. É um certo descolamento da realidade das famílias que moram ali. Mais do que isso - e aí eu peço ajuda para vocês, inclusive para o Jorge -, nós já tivemos lá 18 famílias negadas pelo governo federal, disseram que não vão atender pelos critérios da Caixa Econômica, porque não tem CadÚnico, porque não tem isso, porque não tem aquilo.

Nós vamos atender todos. Esses 18 podem contar com o governo Estado que nós vamos atendê-los nas mesmas regras. Mas não é conveniente que o governo federal comece a negar cadastro das famílias que moram lá. E 89 estão em análise sob o risco de serem negadas também. Por enquanto, por enquanto.

Então, eu acho que seria conveniente aqui a gente fazer uma força-tarefa, acho que vocês, ela do PSOL, você do PT, nós, aqui pelo governo de Estado. Eu já tenho conversado com a Caixa Econômica, o trato que eu fiz com o Jader naquele dia foi que não seria, nenhuma família seria excluída. Seria aceito o cadastro integral da CDHU. Não tem um número ali, não tem um fato que eles digam: não, nós não vamos colocar essa família, porque a família não mora no munho, não. É por conta de cadastro. O cara não tem RG, não tem isso, não tem aquilo, eu não sei nem quais são os motivos, mas eles estão negando esses cadastros.

Então, é extremamente importante, primeiro, que realmente o governo federal entre no assunto, porque até agora não botou um tostão, tem três meses que nós fizemos esse acordo, e,

segundo, que pare de negar o cadastro das famílias que já moram lá e coloque realmente o recurso, porque nós já colocamos 100 milhões.

Então, eu acho que é extremamente importante, eu acho que essas conversas são importantes para que a gente veja de ambas as partes, onde é que a gente tem que ser mais eficiente, onde o governo federal tem que ser mais eficiente, mas, de fato, aqui tem um espaço para a gente trabalhar para realmente caminhar todo mundo no mesmo sentido e com o único objetivo de atender as famílias que moram lá naquela comunidade. Acho que é importante a gente trabalhar nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPILCY - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu tenho que presidir a Comissão de Direitos Humanos. Quero agradecer muito a atenção do secretário Marcelo Cardinale Branco e vou lhe deixar, se me permite, um exemplar do meu livro “Renda de cidadania: a saída é pela porta”.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Obrigado. Muito bom.

O SR. EDUARDO SUPILCY - PT - Muito obrigado.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - O Lucas pediu para olhar para tirar foto.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Vamos.

O SR. EDUARDO SUPILCY - PT - Ah. Ele trabalha comigo (Inaudível.). (Risos.).

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Rapidinho, um minutinho. Só um minuto, Sr. Presidente, vai ser muito rápido.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Com a palavra.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Bom, eu acho que eu ouvi aqui tanta coisa. Nós estamos em uma casa que faz leis, que fiscaliza o Estado. Bom, e aí a gente escuta: não, não pode falar aqui de coisa ideológica, não podemos falar de ideologia política, partidária e blá blá blá. Meu Deus, gente.

Até quando nós iremos viver numa sociedade onde tudo é política, se eu vou comer, se eu vou morar, se eu vou ter uma... Tudo. Se eu vou trabalhar, se eu vou criar meus filhos, se eu não vou sofrer violência doméstica, tudo é política. Então chega a ser até meio desconecto dessa casa, e da realidade, e do trabalho que essa casa executa, quando eu olho e falo: ideologia partidária, ideologia política. Sim. Temos lado e o lado será sempre o povo. Ponto final. É as lutas travadas todos os dias.

Agora, obviamente, se alguém quer se iludir, achar que se eu estou sofrendo alguma violência, não tenho direito a um auxílio-aluguel, vão retirar minha casa, vou ser despejada, venho de outro Estado, estou aqui circulando em São Paulo, não tenho trabalho, não tenho nada, não tenho direito a uma assistência social, um direito social, a um complemento de renda. E se isso não é fazer política, se isso também, eu não ter acesso a isso, não é política, então, desculpa, mas quem está falando isso são aqueles que sempre tiveram a política do seu lado. Sempre tiveram moradia, trabalho digno, saúde, educação, transporte, inclusive, nem público, particular, e agora vão falar que isso não é política.

Então, gente, está aqui hoje, secretário, sinceramente, quero te saudar, te agradecer. Eu sei que aqui todos nós temos lado, nós temos lado, sim, e dizer que o Estado de São Paulo hoje está sendo se intencionado a fazer uma política de habitação, e isso é importantíssimo. Graças aos movimentos sociais, graças às lideranças, graças a nós olharmos para o orçamento do Estado de São Paulo e falar: opa, aqui tem dinheiro, vamos mobilizar isso aqui para que venham as moradias, precisa ter moradia. O... Como é o nome dele que esqueci?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Police.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - O Police, eu lembro da nossa primeira conversa aqui nessa comissão de habitação, onde eu falei o seguinte: que bom, você apontou algumas áreas que seriam - lembra? -, que seriam regularizadas. E eu aplaudi aquele momento, aquele feito. Por que eu falei isso? Porque, gente, quem constrói a sua casa, para quem olha de fora, fala: nossa, quem consegue morar ali? Nossa, que não sei o quê.

Mas se você for lá fazer uma breve pesquisa, uma breve, breve, e falar com a pessoa assim: você quer continuar em sua casa? Ela vai falar sim. Sabe por que ela quer continuar? Porque ali ela está construindo com o fruto do seu trabalho, ali são anos de construção. E quando vocês olham essas imagens de casas que não foram terminadas, que a construção terminou dentro, mas fora falta o reboco, falta tudo, gente, é porque são anos de trabalho, anos de luta, de famílias que são esquecidas, que precisam de políticas sociais.

Então, por isso, que a nossa luta, secretário, secretários, é chave na chave. Então, eu sei muito bem o que é isso, e vou continuar brigando e pautando isso nessa comissão. Independente se vejam e queiram passar mel na minha boca e falar: olha, estamos fazendo tudo lindo. Bom, se estão está fazendo tudo lindo, queremos ver isso na prática, começando com as lideranças e os movimentos sociais, é isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Passo a palavra...
Conseguindo a presença do deputado Caio França, e passo a palavra para ele como último morador inscrito.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - E vou precisar sair, gente.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Não faça isso.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Ah, eu sei que você adora minha presença, eu sei disso, mas vou precisar sair.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Vou aí te cumprimentar.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Muito obrigada. Um aplauso, gente, para o secretário (Palmas.).

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Com a palavra, deputado.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Secretário, boa tarde. Boa tarde, presidente. Agradecer a gentileza, aos colegas deputados aqui também. Estava acompanhando a presença do secretário aqui pela televisão, estava atendendo no gabinete. Fazer uma saudação, agradecer pela presença.

Secretário, de forma bem objetiva, eu fui procurado por moradores do Guarujá, que hoje estão nos conjuntos Cantagalo e Parque da Montanha. Saíram ali do conjunto da Prainha, no Guarujá, uma área que acho que a V. Exa. conhece bem, e que no governo passado havia sido feita uma promessa, que inclusive há vídeos do antigo secretário, garantindo que essa demanda

seria atendida de forma gratuita pela CDHU. O que acabou não acontecendo, como a V. Exa. sabe.

Primeiro, existe alguma perspectiva para que esse compromisso seja assumido pelo novo governo? Além disso, para além dessa informação, também há uma cobrança de vários casos em que pessoas que, por exemplo, recebem o auxílio do governo federal de R\$ 600,00, R\$ 700,00, estão pagando metade desse valor para a CDHU, para poder quitar o seu imóvel. É um valor, obviamente, exagerado e que não condiz com a renda daquela pessoa.

Tem alguns casos, inclusive, secretário, de pessoas que não estão no auxílio, recebem um pouco mais do que isso e pagam mensalidades de até R\$ 1.000,00 para a CDHU. Eu gostaria de saber, de V. Exa., se existe algum programa específico para essa questão de atualização dos valores dos beneficiários da CDHU?

Então, é um caso muito emblemático. Recentemente teve uma agenda na Secretaria Estadual de Habitação e acabou que não tiveram uma resposta efetiva da Secretaria. Eu queria entender, de V. Exa., se há perspectiva de resolver esse problema dos moradores hoje do Cantagalo e do Parque da Montanha.

Agradeço, mais uma vez, a sua presença.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Obrigado pela sua presença também. Olha, vou responder de uma forma sucinta, mas que a gente pode ir avançando depois nas soluções.

Primeiro, a questão de gratuidade não tem. Nós temos uma política habitacional, isso é uma política aprovada, inclusive, nessa Casa, onde a CDHU cobra 20% da renda declarada das famílias. Então, não há uma necessidade, não é como uma Caixa Econômica que você tem que comprovar a renda e, senão, você não recebe o imóvel para você fazer a comprovação. Nós trabalhamos com 20% da renda declarada.

Nós temos, e vou usar os seus números até, deputado, nós temos a convicção de que esse valor que eles pagam de prestação é aquém do valor do aluguel na região. Então, por exemplo, nós estamos falando aqui de Moinho. No Moinho, no meio da favela, custa de 600 a 750 de aluguel de um barraco de madeira. A CDHU entra lá e vai cobrar uma prestação de 300 reais.

Bom, agora, acontecem distorções, mas, como você falou, nós temos aí uma pessoa, se não me falha a memória, você me falou de uma pessoa que paga mil reais de prestação. Isso é uma distorção. Provavelmente, estou falando provavelmente ou eventualmente, ela não pagou durante algum tempo, fez alguns acordos, o acordo acaba onerando mais ainda essa prestação dela e nós temos que fazer a correção. Nós não temos nenhum interesse nunca de tirar a pessoa

da unidade habitacional, até porque ela vai sair dessa unidade e vai ter que pagar mais de aluguel em outro lugar. Então, vai ser um duplo, uma dupla penalização dessa família.

Então, o que nós podemos fazer, primeiro, se o deputado identificar que na área do Guarujá ou nessa área, nessa região, existe, isso é alguma coisa que tenha ocorrido costumeiramente ou de uma forma muito exagerada, nós podemos mandar lá, nós temos três unidades móveis da CDHU, nós podemos, né, Reinaldo, deixar lá alguns dias essas unidades móveis, todas as pessoas que tiverem interesse de renegociar os seus contratos, de colocar em dia que eles estão atrasados, de saber qualquer informação, de regularizar contratos de gaveta, esse atendimento é como se eles estivessem sendo atendidos pela CDHU.

Então, eu me comprometo com o senhor de mandar essa unidade para lá, a gente poderia ajeitar ali com o Rômulo uma data para que a gente mande a carreta, se for um lugar grande, se for uma unidade menor, a gente manda as vans e fazemos uma regularização dessas unidades.

E vou fazer aqui uma defesa de que por que a gente não gosta de trabalhar com essa questão da gratuidade. A CDHU trabalha com um orçamento que os senhores aqui que aprovam todos os anos, nós temos hoje um bilhão de reais de carteira, esses pequenos pagamentos de unidade habitacional, 200 aqui, 300 ali, 350 na outra, que fazem com que a CDHU tenha um orçamento, hoje próprio, de um bilhão de reais e que isso se converta em novas milhares de unidades todos os anos, além do aporte que o Governo do Estado faz.

Então, a cada gratuidade que nós damos, nós deixamos de atender, na outra ponta, uma família que está, às vezes, na fila 20, 30, 40 anos esperando a sua unidade habitacional.

Então, o nosso programa habitacional é delineado para que as famílias, na sua média, consigam pagar aquela prestação, porque ela vai pagar menos do que ela paga no aluguel, mas a gente é muito incisivo em fazer essa cobrança, porque isso tira a oportunidade, a falta de cobrança tira a oportunidade de novas famílias serem atendidas, mas sempre dentro de uma lógica de atendimento da capacidade da família pagar.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Perfeito. Só para ter um esclarecimento, no caso da favela do Moinho e de São Sebastião, é um capítulo à parte de casos que foram entregues sem prestação?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - É um capítulo à parte por dois motivos. Primeiro, porque o Governo Federal aportou 180 mil por unidade, porque eles declararam emergência na favela do Moinho, e em São Sebastião nós é que declaramos emergência por

conta daquela fatalidade que houve de morrer famílias e tal. Então são casos que entraram numa regular orientação de emergência.

Nós temos, inclusive, e acho justo isso, temos sendo muito cobrados pelo Tribunal de Contas do Estado da cobrança dessas prestações. Nós temos um relatório lá incisivo, dizendo que a CDHU tem a obrigação de cobrar essas prestações. Sempre dentro dessa regra dos 20%, e a gente considerando as exceções aí, com como a gente possa ajudar as famílias que estão em alguma dificuldade momentânea.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Obrigado, secretário.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Com a palavra.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Mas para dialogar também com o deputado Caio França, eu me lembro muito bem dessa reunião, deputado, e eu fui convidado pela vereadora de Guarujá, Ariane Paes, para tratar exatamente desse assunto, e eu fui na reunião. E quem atendeu foi o chefe de gabinete da CDHU, Roberto Molin, e a equipe da CDHU.

E, de fato, depois eu vi o vídeo, o ex-secretário lá, o Flávio Amorim, ele fala de forma clara e evidente, de que aquelas famílias, aquelas pessoas, daqueles referidos conjuntos habitacionais que o deputado Caio França aqui mencionou, iriam ser atendidas sem custo nenhum.

Era isso que a pessoa estava reivindicando lá. As famílias estavam lá com base em uma expectativa, claro, uma promessa, e todos lá estão com dificuldade de pagar por conta da renda deles.

Mas a equipe da CDHU ficou de estudar, analisar e posteriormente dar um retorno. Eu acho que não teve esse retorno ainda, porque foi aí, uma semana, duas semanas, não teve ainda o retorno. Mas é para dizer que, assim, eles não foram lá porque eles querem gratuidade, até querem e precisam, mas foi porque tinham uma promessa do governo. Não foi do governador atual, foi do Governo do Estado de São Paulo, no caso do secretário. É isso.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Secretário, eu costumo falar, falei na reunião passada, que a habitação, essa comissão especificamente, ela traz algumas peculiaridades, porque, por exemplo, até citei o deputado Fábio Faria de Sá, os aposentados

precisam de um teto. A esquerda precisa de um teto. As protetoras de animais precisam de um teto. Quem é de direita precisa de um teto.

Então nós acabamos trazendo aqui deputados para falar de habitação, todos defendendo os seus interesses, como tem deputados mais regionalizados, e nós entendemos que a dignidade da pessoa passa pelo teto. Então, às vezes as discussões acabam sendo um pouco acaloradas em quase todas as reuniões, mas principalmente quando está o secretário e o presidente da CDHU aqui. Mas agradeço...

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Essa é a minha vida.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Agradeço a oportunidade, agradeço a presença, agradeço a todos, toda a equipe da CDHU, toda a equipe da secretaria. Eu me sinto muito mais experiente no mandato, podendo falar com prefeitos e vereadores sobre habitação, e isso só é possível graças às rodas de conversa que eu tenho na CDHU e também na secretaria.

Então, muito obrigado, parabéns pelo trabalho que tem sido desenvolvido, contem sempre com a Assembleia Legislativa. E nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *